



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00001746/2023-91

Assunto: Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Casa Civil

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de informações acerca da agenda de [REDACTED] no período de janeiro de 2023 até a data da resposta. Documento inexistente. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00281/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Casa Civil, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão informou que o servidor em questão não possui agenda pois exerce o cargo de Assessor Especial do Governador II e suas atribuições são de assessoramento. Insatisfeita, a cidadã interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o órgão reiterou que se trata de pedido de informação inexistente.
4. No caso concreto em análise verifica-se que o órgão esclareceu que a informação solicitada não foi produzida.
5. O atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista, desta forma a declaração de inexistência da informação é considerada resposta satisfatória para fins de Lei de Acesso à Informação, sendo oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme precedentes desta Controladoria Geral do Estado, a exemplo das Decisões CGE-CODUSP/LAI 007/2023 e CGE-CODUSP/LAI 309/2022, entendimento também consolidado no plano federal pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, como pode ser observado no disposto na Súmula CMRI nº 6/2015:
6. **"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO** – A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no

âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho.”

7. Adicionalmente, em que pese atualmente o Poder Executivo estadual não dispor de regramento para registro de agendas de seus agentes, cabe acrescentar que está previsto no Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto nº 67.682/2023, a Ação Normativa nº 26 que consiste na elaboração de "Decreto de Agendas e regulamentação do tratamento da representação de interesses privados", que disporá sobre a divulgação de agenda de compromissos de determinados agentes públicos.
8. Finalmente, verifica-se que o requerente acrescentou em recurso de 1ª instância informações que não solicitou ao órgão no pedido inicial, quanto à especificação das atividades de "Assessorar o Governador em diversas áreas de atuação", configurando inovação recursal conforme precedentes desta CGE, a exemplo da DECISÃO OGE/LAI nº 305/2021 e da DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00214/202.
9. Assim, considerando que o órgão prestou esclarecimentos acerca da solicitação e comunicou a inexistência da informação solicitada, não **conheço do recurso**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20, incisos I a IV, do Decreto nº 58.052, de 16 maio de 2012.
10. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 17 de agosto de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 17/08/2023, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site